Um aval em tempos difíceis

Onde os Estados arranjam dinheiro para ajudar os bancos em dificuldades?

POR **CLARA TEIXEIRA***

Depois de somados, os encargos que os governos europeus se dispõem a suportar para salvar os seus bancos da falência ultrapassam a quantia colossal de 2 biliões de euros. Quase metade desse valor é assegurado por apenas dois países, a Alemanha (480 mil milhões de euros) e o Reino Unido (440 mil milhões de euros), destinando-se, em grande parte, à prestação de garantias às instituições financeiras. Portugal, face ao repto dos líderes da Zona Euro, no último fim-de-semana, para uma acção concertada visando a reposição da confiança nos mercados, seguiu a tendência do resto da Europa e anunciou a concessão aos bancos nacionais de garantias no valor máximo de 20 mil milhões de euros.

O que são e como funcionam estas garantias? De forma não muito distinta dos tradicionais avales ou fianças bancárias, que muitos clientes têm de apresentar aos bancos quando pedem um empréstimo, garantindo, assim que, se não puderem pagar, alguém o há-de fazer – o avalista ou fiador. No momento atípico que os mercados atravessam, até os bancos necessitam de encontrar garantias para continuarem a ter acesso ao crédito.

'Da solidez dos bancos todos desconfiam, mas da dos Estados não'

João César das Neves, economista

Desde o início desta crise financeira, que é também uma crise de confiança (ou da falta dela) no sistema, mesmo os grandes bancos têm sentido dificuldade em financiarem-se no Mercado Monetário Interbancário (MMI), onde diariamente vão «comprar» a liquidez de que necessitam para o seu normal funcionamento. Por isso, foi na atribuição de garantias que os governos da Zona Euro assentaram grande parte dos seus planos de ajuda às instituições financeiras. Porquê? «Porque da solidez dos bancos todos desconfiam, mas da dos Estados não», explica João César das Neves, economista e docente na Universidade Católica. O raciocínio é simples: desde que esteja coberto pela garantia do Estado, qualquer banco terá um acesso mais facilitado ao crédito – podendo, dessa forma, prosseguir com o seu negócio e continuar a emprestar dinheiro às famílias e às empresas.

GARANTIAS PESADAS

E se um ou mais bancos nacionais usarem a garantia do Estado para obterem financiamento no mercado e, mesmo assim,

FOTO: RUSSELL BOYCE / REUTERS

entrarem em colapso? Se as garantias forem accionadas, onde vai o Estado português arranjar o dinheiro para honrar os compromissos dessas instituições? «Ao mercado dos títulos de dívida pública», responde César das Neves.

Ou seja, refinanciando-se através de dívida, com a emissão de títulos, que pagará assim que tomar posse dos activos desses bancos, ou assim que tiver acesso a uma parte do seu capital, tornando-se seu accionista – conforme tem estado a suceder no Reino Unido.

Nesse caso, o Estado recuperará o dinheiro gasto a ajudar essas instituições assim que decidir desfazer-se de tais participações accionistas, alienando-as a terceiros. Se o banco em dificuldades vier a declarar falência, depois de esgotadas as ajudas, «a dor de cabeça maior será sempre a própria falência do banco», prossegue César das Neves, recordando a obrigação de accionar o Fundo de Garantia de Depósitos para recompensar os depositantes. Sem alternativa, os países europeus decidiram adoptar medidas extremas para solucionar a crise: «Não há mais nada a fazer», conclui.

Onde está o dinheiro?

Principais reservas de divisas, em milhares de milhões de euros

CHINA	910
JAPÃO	541
RÚSSIA	317
TAIWAN	128
KUWAIT	128
ÍNDIA	111
BRASIL	90
ALGÉRIA	79
ÁFRICA DO SUL	78
LÍBIA	66
NORUEGA	60
SINGAPURA	49

Fonte: Global Insight

MAIS DÍVIDA

José Castro Caldas, economista e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, admite que os governos tenham de recorrer à «emissão monetária com relativo impacto no endividamento externo». E antecipa um cenário: «Vamos assistir ao financiamento das economias ocidentais pelas economias emergentes, nomeadamente a China e a Índia, e pelos países produtores de petróleo.» Dados da Global Insight, a maior organização de análise das economias e dos mercados financeiros do mundo, mostram que alguns países em desenvolvimento apresentam grandes reservas monetárias. À cabeça, surge a China, com 1,2 biliões de dólares de reservas. Em terceiro lugar surge a Rússia, com 433 mil milhões de euros. A China é já o segundo maior credor dos EUA, a seguir ao Japão, com créditos no valor de 502 mil milhões de euros.

O Ministério das Finanças entregou já no Parlamento a proposta de lei onde define as condições em que as garantias podem ser concedidas aos bancos, que deverá ser votada hoje, 16. Os mecanismos de fixação e revisão das comissões relacionadas com a sua atribuição é remetida para uma portaria, a assinar pelo titular da pasta das Finanças. A criação de um fundo de recapitalização do sector bancário não faz ainda parte dos planos do Governo português, mas países como a Alemanha, Reino Unido, Holanda e Espanha não hesitaram em adoptar esse instrumento para acudir aos bancos em dificuldades. *COM JOÃO PAULO VIEIRA